

Energia Alerta

A energia do Brasil está em nossas mãos

www.urbanitariosdf.org.br

O Jornal do Sindicato

Filiado à CUT e FNU



Sindicato dos Urbanitários no Distrito Federal - Maio de 2016 - Ano 5 - Nº 35



MAIS LUCROS MENOS DIREITOS



É o que pretende o empresariado brasileiro e boa parte dos deputados e senadores. Pelo menos 55 propostas que tramitam no Congresso Nacional representam sérias ameaças aos direitos da classe trabalhadora.

Privatizações, terceirização irrestrita, precarização do trabalho, flexibilização das leis trabalhistas e aumento da jornada são algumas das propostas que constam nesse enorme pacote de maldades.

O Jornal Energia Alerta elencou os dez piores projetos. P.05.

ENTREVISTA



Em vez de réus, julgadores. Isso causou perplexidade da comunidade internacional após sessão na Câmara dos Deputados que autorizou a abertura do processo de impeachment contra a presidente Dilma Rousseff. Dos 367 parlamentares que disseram sim, 119 são acusados de crimes que vão de fraude, corrupção, estelionato e até homicídio.

É como se a corrupção e toda sorte de crimes estivessem sendo autorizados, avalia uma das representantes da Frente Brasil Popular, Selene Michelin. P.03.

CAMPANHA SALARIAL

Os trabalhadores e trabalhadoras do sistema Eletrobras e da State Grid iniciaram as discussões do ACT por melhores condições de trabalho e remuneração. Em momento de crise econômica e política a categoria não tem outra alternativa senão a união e participação na luta sindical.

Entre os pontos em comum dos eletricitários das duas empresas estão a reposição da inflação, ganho real e ampliação das conquistas. P.04 e 07.



SETOR ELÉTRICO

P.4

Saiba por que o valor da tarifa de energia é tão cara.

VISÃO DO STIU-DF

P.6

Plano econômico do PMDB ataca direitos da classe trabalhadora.

PLANO DE SAÚDE

P.7

Aposentados da CEB estão incluídos em plano discutido com STIU-DF.

CULTURA

P.8

Artista aposentado da Eletronorte se prepara para lançar novo disco.

PALAVRA DO DIRETOR

A trama de um golpe



André Luis dos Santos

Foram tantos os acontecimentos nos últimos meses no Brasil que ficava difícil pensar com tranquilidade sobre cada um deles. Não há tempo para isso. A cada dia um novo caso de corrupção, delações premiadas, citações, vazamentos, prisões, inquéritos no STF, impeachment sem base jurídica, traições e conspirações. Um excelente enredo para o realismo fantástico de Gabriel García Marquez.

Não há dúvidas de que seria um ótimo romance se nós mesmos não estivéssemos nesse trágico cotidiano. O auge dessa trama se deu no último dia 17: uma sessão na Câmara dos Deputados para jamais

ser esquecida. Ladrões históricos e comprovados, porém impunes há décadas, julgando como se honestos fossem uma pessoa que, até agora, não é investigada e nem acusada formalmente de crime algum.

O enredo do ódio consumiu o País, dividindo amigos, apartando colegas e distanciando familiares. Um estado de cólera, não Estado de Direito.

No Senado, a insólita trama caminha no mesmo compasso. O PSDB, principal partido de oposição e um dos responsáveis pela acusação, esperneou e não abriu mão de ser o julgador. É como se uma pessoa que é acusada fosse julgada por quem lhe acusa. Estranho? Não. Absolutamente injusto. E não para aí. O relator, que será responsável por apresentar um parecer sobre o impeachment, é acusado de cometer o mesmo "crime". Ele também pedalou com as contas do seu estado quando foi governador. Irônico, não? Patético.

Perto do fim, não sabemos

ainda como será o final. São tantas as idas e vindas, como a suspensão do processo de impeachment por Waldir Maranhão, que não dá pra saber como tudo isso vai terminar.

A única coisa certa é que o enredo do ódio consumiu o País, dividindo amigos, apartando colegas e distanciando familiares. Um estado de cólera, não um Estado de Direito. E o apoteótico final inglório vai se consumir com a entrada triunfante, pela porta de trás do Palácio do Planalto, do sujeito sem voto e mais impopular da história. Sem contar as acusações que lhe pesam como recebedor de propina. Será lavado a jato?

Seu plano econômico tem pretensões de criar uma ponte para o futuro com o corpo e alma no passado. Privatizações, arrocho salarial, demissões, retirada de benefícios, redução de salários. Tudo que nos possa fazer mal.

Cuidemo-nos, trabalhadores. Essas agressões a ordem democrática e aos nossos direitos históricos, conseguidos em anos de luta, nunca foi contra um governo de centro-esquerda. Esse golpe é contra nós para favorecer os mais ricos.

Boa leitura!

CURTAS

Privatização total I

Mesmo com forte mobilização dos movimentos sindicais e sociais, os senadores aprovaram em abril o PLS 555/15 - proposta que prevê a privatização de todas as empresas públicas federais, estaduais e municipais. A articulação possibilitou a aprovação menos prejudicial possível.

Privatização total II

O PLS 555 tramita agora na Câmara dos Deputados com o número 4918/16. Os senadores e deputados privatistas articularam com Eduardo Cunha, quando ainda era o presidente da Casa, a ida do PL direto para o plenário sem passar por nenhuma comissão e assim ganhar tempo e agilizar a aprovação da matéria.

Privatização total III

Se o texto aprovado na Câmara for o mesmo do Senado, a proposta vai para sanção presidencial. Mas como os parlamentares vislumbram no processo de impeachment a retirada de Dilma, eles já pensam em alterar o texto, prejudicando ainda mais a classe trabalhadora, mesmo que a matéria retorne ao Senado.



O programa é exibido todo dia na TV Comunitária de Brasília, no canal 12 da NET. Você também pode ver em nosso canal no YouTube.

EXPEDIENTE

STIU - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas no Distrito Federal

Sede: SCS - Quadra 6 - Bloco A - Edifício Arnaldo Vilares - 7º andar - CEP: 70324-900

Jornalista Responsável: Henrique Teixeira

Equipe: Roberta Quintino, Vera Fogaça e André Bonifácio.

Fotos: Assessoria de Comunicação do STIU-DF

Arte de Capa: Eduardo Pinto

Edição Eletrônica: Vera Fogaça.

Tiragem: 3.500 exemplares

Contato: comunicacao@stiu.org.br

 (61)3226-7036

 (61)3226-5752

 **sindicato**
@urbanitariosdf.org.br



Diretoria Colegiada: Alairton Gomes de Farias, Aline Rodrigues de Oliveira, André Luis dos Santos, Arthur Emílio Oliveira Caetano, Carlos Roberto Carvalho Campos, Carlos Yassuo Sudo, Cleiton Moreira de Faria, David Gomes de Oliveira Santos, Edgar Mendes Oliveira, Edy Carlos Dalóco, Elve Lucas Barbosa Cubas, Elvídio Cândido de Sousa Filho, Ernane Lima Alencar, Fabiola Latino Antezana, Flávio Henrique Gadbem Figueirôa, Francisco de Assis Moura dos Santos, Germiniano Lustosa Neto, Givaldo Romão da Silva, Hádriel Costa Miranda, Íkaro Chaves Barreto de Sousa, Josafá Oliveira Guimarães, José Daldegan Júnior, José Edmilson da Silva, Maria Luísa Nunes da Cunha, Maria Teresa Cortes Bona, Marizete das Dores Sousa, Roberto Lucena, Sidney Lucena Araújo, Victor Frota da Silva, Wandyr de Oliveira Ferreira.

Conselho Fiscal: Antônio Maria Claret Pires, Cleriston Machado Meira, Fernando Luiz Pereira Kamiguchi, Jaime Soares da Luz, Pascoal Pereira Andrade e Rivaldo Gomes de Alcantara.

MANDOU BEM 

Filha de um casal de trabalhadores rurais, Kauany Sousa, 24 anos, formanda no curso de Serviço Social, comemorou o diploma de uma forma surpreendente e emocionante. Na festa de formatura, Kauany entrou no salão erguendo uma enxada para reverenciar os pais, que sempre trabalharam duro no interior do Rio Grande do Norte para garantir o sustento dela e de mais três irmãos.

MANDOU MAL 

Também acusado de fazer pedaladas fiscais quando foi governador de Minas Gerais, o senador Antônio Anastasia (PSDB-MG) não abriu mão de ser o relator do parecer na Comissão Especial do Senado que analisa o pedido de impeachment contra a presidente Dilma Rousseff. O partido de Anastasia, derrotado nas eleições passadas, é um dos principais interessados na retirada da presidente.

Setor elétrico na mídia

Setor elétrico I

ONS

A receita das empresas do setor de energia elétrica cresceu 11,9% em 2015, na comparação com o ano anterior, segundo levantamento da provedora de informações financeiras Economatica. O total das vendas das 24 empresas com ações negociadas na bolsa de valores de São Paulo somou R\$ 186,3 bilhões contra R\$ 166,5 bilhões de 2014. (G1, 14/04/2016)

O engenheiro eletricista Luiz Eduardo Barata foi confirmado nesta quinta-feira (28) novo diretor-geral do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), entidade que controla a geração e transmissão de energia no Brasil. A posse de Barata será em 17 de maio e seu mandato terá duração de quatro anos, com a possibilidade de uma única renovação. Ele assume o lugar de Hermes Chipp, que comanda o ONS desde dezembro de 2005. (G1, 28/04/2016)

Setor elétrico II

Por outro lado, a dívida total bruta do setor elétrico atingiu R\$ 147,4 bilhões no fechamento de 2015, o maior valor desde 2009. Em 6 anos, a dívida do setor aumentou 85,6%. Na comparação com 2014 (R\$ 129,8 bilhões), o endividamento das empresas do setor cresceu 13,5%. (G1, 14/04/2016)

Setor elétrico III

A Eletrobras é a empresa com o maior estoque de dívida do setor com R\$ 48,2 bilhões, ou 32,7% do total do setor, o que representa crescimento de 15,8% com relação ao ano de 2014. A Cemig tem 10,28% do estoque de dívida do setor. (G1, 14/04/2016)

SEJA AMIGO(A) DO SINDICATO NAS REDES SOCIAIS



<http://twitter.com/urbanitariosdf>



<http://www.facebook.com/sindicato.urbanitarios>

ENTREVISTA

IMPEACHMENT: Como levar a sério um processo liderado por um corrupto notório?**A corrupção passou a ser autorizada**

Para Selene Michelin, representante da Frente Brasil Popular pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), a mensagem que a Câmara dos Deputados passou na votação do processo de impeachment foi a de que a corrupção passou a ser autorizada. Dos 367 parlamentares que participaram da sessão e disseram sim, 119 respondem a processos e são acusados de crimes que vão desde corrupção a homicídio.

A sessão realizada na Câmara no dia 17 de abril para votar a abertura do processo de impeachment foi a oportunidade para milhões de brasileiros e brasileiras conhecerem a face dos deputados e deputadas federais. Muitas pessoas ficaram perplexas com o que assistiram em rede nacional.

De todos os 513 deputados, 511 compareceram a votação. Os que disseram sim, 367, praticamente todos dedicaram o voto a familiares, a Deus e às cidades por onde foram eleitos. Pouquíssimos justificaram a decisão.

Outro ponto que chamou atenção, principalmente da mídia internacional, é que dos 367 que autorizaram a abertura do processo, 119 são acusados de crimes que vão desde corrupção a homicídio.

O deputado que deu o voto 342, Bruno Araújo (PSDB-PE), por exemplo, é investigado pela Polícia Federal por ter sido citado na lista da Odebrecht como receptor de propina. A lista foi colocada em sigilo pelo juiz Sérgio Moro.

Outro caso no mínimo inusitado é o da deputada Raquel Muniz (PSD-MG). Menos de 24 horas depois de votar sim e dedicar o voto ao marido, prefeito de Montes Claros, ela teve o cônjuge preso por corrupção.

De acordo com uma das representantes da Frente Brasil Popular, Selene Michelin, que é professora, jornalista e diretora da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), muitos desses parlamentares deveriam estar na condição de réus e não de julgadores.



Representante da Frente Brasil Popular, Selene Michelin

1 A Câmara dos Deputados aceitou o pedido de abertura de processo de impeachment contra Dilma. Qual é a sua expectativa em relação ao Senado?

Selene – Infelizmente, não podemos ter grandes expectativas sobre a atuação do Senado. Os senadores, assim como a maioria dos deputados, não estão preocupados em julgar o mérito da questão. Eles estão decididos a retirar a Presidenta eleita democraticamente, mesmo sabendo que não há fundamentos legais para isso. Nossa expectativa é na mobilização, a luta nas ruas e a pressão do povo aos parlamentares.

2 Deputados governistas chamam o processo de fraude e golpe. Os opositores contestam. No entanto, pouquíssimos que votaram pela abertura do processo fizeram menções às “pedaladas”. Em sua opinião, por que não buscaram explicar o que consideram crime de responsabilidade?

Selene – Não tentaram explicar as “pedaladas” por dois motivos, um porque sabem que se o fizessem teriam de admitir que não houve crime de responsabilidade; segundo, porque o objetivo era incriminar a presidentista a todo custo, e ali não havia justificativa. Isso ficou muito claro no voto da maioria. Os deputados governistas chamam o processo de golpe porque esse é o nome que se dá para a tentativa de retirar do cargo uma Presidenta eleita com mais de 54 milhões de votos e que não responde a nenhum processo. É um golpe jurídico, político e midiático que o Brasil está sofrendo. É um golpe contra a Constituição, a serviço do grande capital que não aceita um governo comprometido com avanços sociais.

3 Dos 513 parlamentares na Câmara dos Deputados, 367 votaram pelo impeachment. Desses, 119 respondem ou são acusados de crimes que vão de corrupção a assassinato. Como você vê essa questão?

Selene – É um processo ilegítimo.

Como pode ser conduzido por um deputado que é réu no STF em graves crimes de suborno, lavagem de dinheiro e corrupção? Qual a legitimidade dos demais parlamentares envolvidos em crimes de corrupção?

4 Um dos fundadores do PSDB e ex-ministro de FHC, Luiz Carlos Bresser, após a abertura do processo, disse que a democracia foi a grande perdedora e a corrupção saiu vitoriosa. Você concorda com ele?

Selene – Com certeza. Afastar do cargo uma presidentista eleita, que não praticou nenhum crime, para transformar em presidente alguém que não foi eleito para o cargo é sim golpe contra a democracia. Abre caminho para um governo ilegítimo. E a perda é muito maior quando legitimada por votos de parlamentares acusados de corrupção, que deveriam estar sendo julgados e afastados de suas funções. A corrupção passou a ser autorizada.

5 A sessão em que os deputados autorizaram o processo de impeachment foi televisionada para todo o Brasil e também para o exterior. A postura da grande maioria dos deputados que votaram sim chocou milhões de brasileiros e também estrangeiros. Você avalia que isso piora a imagem do País?

Selene – O governo da presidentista Dilma é respeitado internacionalmente e esse conceito não deve mudar. A imagem que passou a envergonhar o País e o povo, que tanto luta pela democracia, é a do parlamento brasileiro. Parlamentares mostraram ao mundo que estavam ali para votar contra o estado de direito, contra a justiça social, contra a democracia, custe o que custar. Mostraram que nunca aceitaram o resultado das urnas e tentam deslegitimar a vontade da maioria dos brasileiros.

Parlamentares mostraram ao mundo que estavam ali para votar contra o estado de direito, contra a justiça social, contra a democracia, custe o que custar.

6 Acusado de corrupção e evasão de divisas, Eduardo Cunha liderou o processo de votação para abertura do processo. Temer, também citado na operação Lava Jato e acusado de traidor, teve protagonismo ao receber deputados no palácio do Jaburu às vésperas da decisão. Como você vê essa questão?

Selene – Mais uma amostra de que esse processo é ilegítimo. Como levar a sério isso e confiar num deputado com sérias acusações de corrupção e num vice-presidente conspirador citado várias vezes na operação Lava Jato? Impossível.

7 Parte da imprensa internacional está escandalizada com seletividade da grande mídia brasileira por não retratar com isenção os fatos políticos no Brasil. Existe um vale tudo para retirar Dilma da Presidência?

Selene – Com certeza. O golpe também é midiático. Todos os dias há uma avalanche de notícias minuciosamente selecionadas para atingir a presidentista Dilma e o PT. A cobertura das mobilizações favoráveis à defesa da democracia são manipuladas e muitas vezes ignoradas. É o resultado da falta de democratização da comunicação. A população acaba sujeita a uma única voz que atinge milhões de pessoas e que não escondem mais sua posição favorável ao golpe. É tão escancarada a posição da Globo e outros veículos da grande imprensa, que passou a escandalizar a imprensa estrangeira e exigir uma reação do povo brasileiro.

CAMPANHA SALARIAL

REIVINDICAÇÃO: Categoria exige retirada das distribuidoras do PND.

Começa a campanha nacional da categoria elétrica

Entre cláusulas econômicas e sociais, eletricitários do Sistema Eletrobras estabelecem como eixos de luta para a Data-Base o fortalecimento do Sistema Eletrobras, a revisão do modelo do setor elétrico, ganho real, PLR e ampliação das conquistas. Para presidente da Furcen, defender as empresas públicas é lutar pela garantia dos empregos, bem como para a construção de um acordo com nova perspectiva econômica e social.

Após aprovação da pauta de reivindicações, consolidada no planejamento estratégico do Coletivo Nacional dos Eletricitários, a primeira rodada de negociação para discutir o novo acordo coletivo de trabalho da categoria está agendada para o próximo dia 12 de maio. Com 73 cláusulas, econômicas e sociais, a Data-Base dos trabalhadores e trabalhadores tem como eixos de luta o fortalecimento do Sistema Eletrobras, a revisão do modelo do setor elétrico, ganho real e PLR, ampliação das conquistas e garantia de emprego.



Entre as cláusulas econômicas, a categoria solicita a aplicação de 100% do índice do custo de vida calculado pelo ICV-Dieese sobre os salários, estimado em 11,19%, ganho real de 1,17% observando o crescimento do consumo de energia elétrica. Além disso, os eletricitários propõem

o pagamento de indenização por corrosão salarial a cada trabalhador, tendo como base de cálculo o salário-base de maio de 2016 e reajuste no auxílio alimentação.

Diante da conjuntura para o setor elétrico, com o pretexto do reequilíbrio econômico do país as estatais elétricas se tornaram,

mais uma vez, alvo das privatizações. Considerando o papel estratégico para o desenvolvimento social e econômico para o Brasil, o Coletivo Nacional dos Eletricitários, com o aval dos trabalhadores e trabalhadoras, incluiu como pauta política cláusula que visa o atendimento do interesse público e o fortalecimento das empresas do grupo Eletrobras.

O objetivo é garantir o comprometimento da empresa em intervir junto ao governo e órgãos competentes no sentido de reverter à privatização das empresas de energia elétrica no Brasil, bem como a retirada das distribuidoras do Plano Nacional de Desestatização (PND).

Para Cleiton Faria, presidente da Federação dos Urbanitários Centro-Norte (Furcen) e dirigente do STIU-DF, a argumentação da crise econômica vem sendo utilizada nos últimos anos para não contemplar as reivindicações dos trabalhadores e desestabilizar as empresas estatais.

“Quase sempre a classe trabalhadora tem sido deixada em segundo plano nos projetos de crescimento e fortalecimento da

« Neste cenário complexo, defender as empresas públicas é lutar pela garantia de nossos empregos. »

economia. Para as estatais não acontece de forma diferente. Neste cenário complexo, defender as empresas públicas é lutar pela garantia de nossos empregos. Somente assim, será possível a construção de um acordo com nova perspectiva econômica e social, com ampliação e manutenção das conquistas e benefícios”, destaca o dirigente.

Ele ressalta que para não existir retrocessos no acordo coletivo da categoria elétrica a unidade e mobilização dos trabalhadores e trabalhadoras são fundamentais. “A entidade sindical é um instrumento de representação e luta da classe trabalhadora. Porém, só tem legitimidade e força com o apoio e participação da categoria nas atividades propostas pelos sindicatos”, conclui Faria.

SETOR ELÉTRICO: 0 percentual de aumento na tarifa chegou a 70%.

Por que a energia elétrica no Brasil está tão cara?

No setor elétrico um único desajuste provoca efeitos colaterais que impactam diretamente a conta de energia do consumidor final. Na terceira edição da série sobre o valor das tarifas o jornal Energia Alerta apresenta diversos elementos que contribuíram para a explosão tarifária.



Em 2015 a tarifa da energia elétrica aumentou consideravelmente, atingindo, em alguns casos, reajustes superiores a 40%. A explosão tarifária foi influenciada pela elevação do consumo da energia, a crise hidrológica e econômica. Além disso, contribuiram para o impacto na conta de energia o uso contínuo das usinas termoeletricas, o aumento da demanda no mercado de livre e a

adoção de bandeiras tarifárias e reajustes extraordinários.

De acordo com o Balanço Energético Brasileiro de 2015 da EPE o consumo final de eletricidade no país em 2014 registrou um aumento de 2,9%, suprido a partir da expansão da geração térmica, uma vez que o país passava por uma grave crise hidrológica. Enquanto que na geração de energia hidráulica havia um

recluído, a produção das térmicas aumentou em 18% comparado ao ano de 2013. Destaca-se que o custo de produção das térmicas é superior ao das hidrelétricas e essa variação de preço é repassada para a população.

Outro fator que contribuiu para o aumento na fatura foi a falta de energia “assegurada”, ou seja, havia mais demanda que oferta. Assim, para evitar um apa-

gão e garantir energia elétrica a toda população brasileira, as empresas foram obrigadas a adquirir o insumo no mercado livre pelo Preço de Liquidação de Diferenças (PLD), atingindo o teto regulatório de R\$ 822,0 o MWh. A combinação de geração baixa e PLD elevado gerou um custo que foi absorvido pelas empresas durante o ano de 2014 e que foi repassado em 2015.

Além disso, o País viveu ano passado umas das piores recessões econômicas das últimas décadas. Por sua vez, o dólar passou por um processo de valorização ante o real. Em 2013, o valor do dólar era de R\$ 2,03 chegando a R\$ 3,90 em 2015. A desvalorização do real provocou um aumento considerável nas dívidas das empresas com contratos em moeda estrangeira.

O efeito mais representativo foi a variação dos custos de Itaipu.

Para agravar a situação, as empresas do setor elétrico estavam com o represamento de prejuízo por conta dos fatores já mencionados. De acordo com nota técnica do Dieese que avalia o “Comportamento das tarifas de energia elétrica no Brasil”, a Aneel autorizou a Revisão Tarifária Extraordinária (RTE), para “aliviar” os desequilíbrios de caixa das distribuidoras que haviam acumulado uma série de custos para serem repassados no futuro ao consumidor. Os reajustes variaram de 2,2% até 39,5%, de acordo com a distribuidora. Em alguns estados, considerando todos os reajustes, o percentual de aumento na tarifa de energia chegou aos 70%.

TRABALHO

MOBILIZAÇÃO: A classe trabalhadora deve permanecer na linha de frente em defesa dos seus direitos.

“Sangrando os direitos do trabalhador é que se mantêm as taxas de lucro”

A classe trabalhadora vive um dos momentos mais desfavoráveis desde a década de 80. Dezenas de proposições no Congresso Nacional representam ameaça a direitos conquistados ao longo da história no País. Para técnico do Dieese, o mercado exige mais privatização e flexibilização para manter as taxas de lucro cada vez mais altas.

No mês em que se celebra o Dia dos Trabalhadores e Trabalhadoras, o que está sendo desenhado são retrocessos, retirada de direitos e flexibilização de leis trabalhistas. O Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP) fez levantamento dos principais projetos que tramitam na Câmara dos Deputados e Senado Federal e representam sérias ameaças aos direitos da classe trabalhadora, conquistados com muita luta ao longo da história no Brasil.

No levantamento foram identificados 55 projetos. Segundo o Departamento Intersindical, desde a década de 80 não havia quantidade tão expressiva de proposições que têm por objetivo restringir as conquistas da classe trabalhadora, com a retomada do processo de privatização das empresas públicas, ampliação irrestrita da terceirização, bem como a livre estimulação de relações trabalhistas entre trabalhador e empregador sem a participação do sindicato.

O técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), Samuel Monteiro, explica que o País vive um processo de reestruturação do capitalismo em escala global, que tem com uma de suas bases “reorganizar” o mundo do trabalho. “Essa reorganização é o pano de fundo para a consolidação de uma série de projetos e de uma ofensiva do capital frente às conquistas trabalhistas”, destaca Monteiro.

Ele aponta, entre as dezenas de proposições, o projeto de lei do Senado 555/2015 e o Projeto de Lei da Câmara 30/2015 como os mais nefastos para a classe



Foto: Fábio Rodrigues Pozzebom/ABr

PACOTE DE MALDADES CONTRA A CLASSE TRABALHADORA

trabalhadora. “Os projetos mais prejudiciais são aqueles que visam privatizar e precarizar a vida dos trabalhadores. Esses projetos abrem precedentes à retirada de direitos, flexibilização das leis trabalhistas, aumento da jornada de trabalho, intensificação das atividades e, conseqüentemente, perda de direitos sociais. No caso do PLS 555, que abre as portas para a privatização, isso é muito evidente. Para os programas sociais que estão atrelados às empresas públicas há uma grande possibilidade que deixem de existir” enfatiza o técnico.

“O mercado exige mais privatização e mais flexibilização para manter as taxas de lucro altas. Sangrando os direitos do trabalhador é que se mantêm as taxas de lucro”, define o técnico do Dieese.

Para o dirigente sindical do STIU-DF, Arthur Caetano, os projetos listados pelo Diap jogam no lixo toda a história de luta da classe trabalhadora e das entidades sindicais. “Ao longo do tempo, homens e mulheres lutaram para garantir melhores condições de trabalho e remuneração, não podemos permitir que isso seja retirado. Temos que pautar outras discussões como a taxação das grandes fortunas e a dívida pública”, diz.

“O nosso papel é resistir é se contrapor à ofensiva do capital. A nossa luta e mobilização deve ser nas ruas, fortalecendo os movimentos sociais e sindicais para que a classe trabalhadora permaneça na linha de frente em defesa dos seus direitos”, conclui Caetano.

“O nosso papel é resistir é se contrapor à ofensiva do capital. A nossa luta e mobilização deve ser nas ruas, fortalecendo os movimentos sociais e sindicais para que a classe trabalhadora permaneça na linha de frente em defesa dos seus direitos.”

“O nosso papel é resistir é se contrapor à ofensiva do capital. A nossa luta e mobilização deve ser nas ruas, fortalecendo os movimentos sociais e sindicais para que a classe trabalhadora permaneça na linha de frente em defesa dos seus direitos.”

1. Instituição do Acordo extrajudicial de trabalho permitindo a negociação direta entre empregado e empregador (PL 427/2015 – Câmara);

2. Impedimento do empregado demitido de reclamar na Justiça do Trabalho (PL 948/2011 – Câmara e PL 7549/2014 – Câmara);

3. Prevalência do negociado sobre o legislado (PL 4193/2012 – Câmara);

4. Livre estimulação das relações trabalhistas entre trabalhador e empregador sem a participação do sindicato (PL 8294/2014 – Câmara);

5. Redução da jornada com redução de salários (PL 5019/2009 – Câmara);

6. Extinção da multa de 10% por demissão sem justa causa (PLP 51/2007 – Câmara e PLS 550/2015 – Senado);

7. Deslocamento do empregado até o local de trabalho e o seu retorno não integra a jornada de trabalho (PL 2409/2011 – Câmara);

8. Fim da exclusividade da Petrobras na exploração do pré-sal (PL 6726/2013 – Câmara);

9. Privatização de todas as empresas públicas (PLS 555/2015 – Senado);

10. Proibição de indicar dirigente sindical para conselheiros dos fundos de pensão públicos (PLS 388/2015 – Senado).

VISÃO DO STIU-DF

ECONOMIA: Proposta de Temer prevê redução de salários, revisão de direitos sociais e privatizações.

A Ponte para o Futuro nos leva ao passado

Caso os senadores e senadoras confirmem o golpe legislativo promovido por Eduardo Cunha, o programa econômico proposto por Michel Temer, intitulado Uma Ponte para o Futuro, prejudicará, e muito, a classe trabalhadora. O documento prevê também a privatização de várias empresas públicas.



A plataforma econômica lançada pelo PMDB em novembro do ano passado intitulada *Uma Ponte para o Futuro* é, sem nenhum pudor, o desmonte do estado brasileiro. Além disso, a proposta fragiliza e reduz direitos da classe trabalhadora. São 19 páginas de argumentos para entregar o patrimônio público à elite empresarial brasileira e estrangeira.

Sob o pretexto de reanimar a economia, a proposta visa continuar a privatização da infraestrutura brasileira iniciada no governo FHC, na década de 90.

O setor elétrico, que já estava na mira da privatização, será rapidamente privatizado. Se no governo Dilma sete distribuidoras seriam vendidas, num governo Temer as geradoras e transmissoras também serão privatizadas. Vale lembrar que as consequências disso resultarão em demissões, redução salarial, retirada de direitos e benefícios.

Em *Uma Ponte para o Futuro*, a Petrobras, maior empresa de energia da América Latina, deixará de ser a única operadora nos campos do pré-sal.

A Lei de Partilha, projeto ambicioso de desenvolvimento tecnológico e social, que prevê 25% dos royalties do pré-sal na saúde e

75% na educação, será revogada, passando a valer a Lei de Concessão, do governo FHC, que decretará o absoluto estado de calamidade pública nessas duas áreas.

Segundo o senador Roberto Requião, umas das poucas vozes críticas no PMDB, “retornar ao regime de concessão de FHC significa abrir mão de uma lei similar ao modelo norueguês, este que foi responsável pela ascensão do país nórdico ao mais alto patamar de desenvolvimento humano e bem-estar social”.

Mas o bem-estar social nunca foi prioridade na visão dos neoliberais no Brasil. Foi assim no curto governo Collor e nos dois governos

FHC. Para eles, é inadmissível que recursos sejam vinculados à saúde e educação. É como se a Constituição Cidadão de 88, promulgada por Ulisses Guimarães, do PMDB, tivesse excessos de direitos sociais e trabalhistas.

A *Ponte para o Futuro* de Temer é, na verdade, um regresso ao passado. É o fim do Estado de bem-estar social como se isso fosse uma irresponsabilidade orçamentária e financeira.

É um absurdo a possibilidade de se pagar menos de um salário mínimo aos aposentados, empobrecendo ainda mais essas pessoas em um dos momentos mais delicados da vida.

Também desvincula o salário mínimo de ser reajustado a partir da inflação do ano anterior, mais o crescimento do PIB. Além disso, promete criar um comitê de avaliação dos programas governamentais como Bolsa Família e Ciências sem Fronteiras, colocando-os em

“Não se trata apenas da saída da Dilma. É, sobretudo, a implementação do programa econômico mais perverso já visto no Brasil.”

cheque. Isso porque os avaliadores serão facilmente convencidos pelo mercado de que tais programas sociais são ineficientes. Para eles, o essencial é somente o pagamento dos juros e amortização da dívida pública.

Mas o Brasil real, por sua vez, não vive de juros. A grande maioria dos brasileiros vive de salário. E seremos nós, trabalhadores e trabalhadoras, os grandes prejudicados com esse golpe travestido de impeachment. Na verdade, não se trata apenas da saída da Dilma. É, sobretudo, a implementação do programa econômico mais perverso já visto no Brasil.

OPINIÃO

Por Sid H. Riedel de Figueiredo



Após os acontecimentos do dia 13 de março, notadamente o sucesso das passeatas, a delação do Senador Delcídio e a gravação e divulgação da conversa entre a Presidente e Lula, fatos considerados exitosos pelas oposições, elevou-se a temperatura política e a ideia de que se tornou irreversível o impeachment. Não é bem assim, no entanto.

Desde o julgamento do habeas corpus nº 1073, no ano de 1894, o Supremo Tribunal vem decidindo que não fere os princípios da autonomia e independência entre os poderes o exercício, por aquela Corte, do controle de constitucionalidade dos atos da administração pública, uma vez que é exatamente na realização autônoma e independente de suas atribuições que qualquer dos Poderes pode praticar atos contrários aos direitos individuais, o que a Constituição diz caber ao Supremo defender.

Em síntese, cabe ao Poder

Legislativo julgar o crime político, e compete ao Poder Judiciário garantir que o julgamento político seja constitucional, ou como no dizer do professor CÂNDIDO DINAMARCO: “É a jurisdição constitucional das liberdades”.

Até aqui, o tema está pacificado. No próprio processo de impeachment da Presidente Dilma, no julgamento da ADPF-378, o Supremo ditou o roteiro a ser seguido para o caminhar do pedido, fixando, mais uma vez, a natureza constitucional das questões processuais que afetam direitos individuais.

Não se apreciou, contudo, particularidade relevante, até porque não suscitada. São as questões prejudiciais ou extintivas das demandas, que se verificam quando a própria existência do processo é ato violador de direito fundamental, por ausência de fato ou outra condição que lhe dê razão de ser.

Na hipótese aqui versada, isto ocorreu. Recordemos: houve uma primeira acusação, firmada por dois acusadores, o ex-deputado Hélio Bicudo e a professora Jaina Conceição Paschoal, acusa-

ção essa da prática das chamadas “pedaladas”, relativas ao exercício fiscal de 2014, imputação que teve curso indeferido pelo Presidente da Câmara, uma vez que embasada apenas no exercício findo de 2014.

Através de aditamento, veio à lume uma segunda petição, igualmente fundamentada apenas na questão das “pedaladas”, agora relativas ao exercício de 2015. Firmaram-na os mesmos acusadores, mais o Prof. Reale Jr.

“Caberá recurso do STF, que embora não seja competente para nova decisão meritória, substitutiva da decisão do Congresso.”

Lamentando que não se tenha considerado tratar-se de situação de emergência e de relevante problema social, eis a denúncia em seu ponto fulcral:

“I... despesas concernentes ao bolsa família, ao seguro-desemprego e ao abono foram pagas pela Caixa;

II – subsídios do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV vêm sendo financiados pelo FGTS; e

“III – subvenções econômicas, sob a modalidade de equalização de taxas de juros, vêm sendo bancadas pelo BNDES ou pelo Banco do Brasil”.

Ocorre que, após esta segunda representação, o Congresso reduziu a meta primária e permitiu “déficit” de até cento e três bilhões de reais, com o que deixou de haver possibilidade material de configuração da “pedalada”, por óbvio.

No antigo CPC, de 1973, sob cuja vigência o impeachment foi proposto, a situação se define através do artigo 267, IV, que manda o juiz extinguir demanda quando se verifique a “ausência de pressupostos de constituição e desenvolvimento válido e regular do processo”.

Também o atual CPC prevê a hipótese, ao dispor nos artigos 276 e 317, sobre declaração de nulidade.

No mesmo sentido o CPP, que enuncia em seus artigos 92/94 hi-

póteses de suspensão, sem termo final, dos processos.

Nem se diga que essa é questão de mérito, portanto da competência do Senado. Não é. Mérito consiste em indagar se houve ou não determinado fato, para, em seguida, enquadrá-lo juridicamente. Logo, se não houve o fato – ou deixou de haver – não há nada a ser enquadrado.

Com efeito, se o Congresso acolher a acusação, por entender configurada “pedalada” no exercício de 2015, estará violando o artigo 5º, LV, constitucional, por não ter observado a garantia do devido processo, uma vez que o fato denominado “pedalada” não terá existido.

E então caberá recurso do STF, que embora não seja competente para nova decisão meritória, substitutiva da decisão do Congresso, deverá anular a que tiver sido prolatada, determinando a volta dos autos ao Senado para que outra seja proferida, observadas as garantias constitucionais.

* Sid H. Riedel de Figueiredo é advogado, especialista em Direito Constitucional do Trabalho.

APOSENTADORIA

SAÚDE: STIU-DF amplia discussão com a CEB para incluir aposentados e pensionistas no plano.

Mensalidade do plano de saúde precisa caber no orçamento

Com a decisão do TJDF, que deu prazo de 18 meses para a CEB suspender plano de saúde aos aposentados e pensionistas, o Sindicato passou a negociar com a empresa a inclusão deles na proposta que está sendo discutida.

Diretoria da Companhia aceitou, desde que haja contribuição. Diretores do STIU-DF e CEB discutem agora o valor de uma mensalidade que seja viável para a manutenção do benefício e que tenha sustentabilidade financeira para o plano.

Saúde não é brincadeira. Todos sabem disso. E não é por menos que as pessoas que podem pagar para ter um atendimento melhor e escapar do combalido Sistema Único de Saúde (SUS) o fazem. E pagam bem caro para ter um plano de saúde. Chegam a arcar com percentuais que ultrapassam



Trabalhador aposentado da CEB, Antônio Xavier dos Santos.

facilmente a soma de 50% da remuneração, como acontece frequentemente com a grande maioria dos aposentados e pensionistas.

Por essa razão, o STIU-DF vem lutando com determinação para incluir aposentados e pensionistas no plano de saúde da CEB. Isso porque o Tribunal de Justiça do DF e Territórios

(TJDF) declarou inconstitucionais, em setembro do ano passado, as leis que estendiam o plano de saúde aos aposentados e pensionistas da CEB. Conforme a decisão, o benefício terá validade por 18 meses.

Mas o primeiro passo foi dado para garantir definitivamente a permanência dos aposentados e pensionistas no pla-

no. Após várias reuniões com a diretoria da CEB, a empresa aceitou mantê-los na proposta que está sendo discutida. No entanto, pelo que foi apresentado pela Companhia, terão que arcar com os custos.

O aposentado Antônio Xavier dos Santos disse estar preocupado com o prazo que termina em março do ano que vem, quando foi definido pelo TJDF. Ele avalia que é justo contribuir para a sustentabilidade financeira do novo plano de saúde. “Até aceito contribuir para continuar no plano”, disse.

Para o conselheiro Fiscal da Faceb, João Carlos, foi um avanço incluir os aposentados e pensionistas na nova proposta, desde que o valor definido caiba no orçamento deles. “Entendo que avançamos ao incluir os aposentados e pensionistas nessa proposta de plano que estamos discutindo, mas a minha

“Foi um avanço incluir os aposentados e pensionistas na nova proposta, desde que o valor definido caiba no orçamento deles.”

preocupação vai no sentido de que eles não possam suportar um valor muito alto”, destacou

Outro ponto de intransigência para o STIU-DF é a possibilidade do plano de saúde sair da Faceb. De acordo com o diretor do Sindicato, José Edmilson, a entidade não aceitará que o benefício seja gerido por outra administradora. “Entendemos que a Faceb é, e continuará sendo, a melhor operadora para administrar o nosso plano. Não há razões para qualquer mudança nesse sentido”, aponta.

CAMPANHA SALARIAL: Categoria aguarda nova proposta para deliberação.

Trabalhadores da State Grid exigem reposição da inflação e ganho real

A categoria aguarda nova proposta de ACT para deliberação em assembleia. Segundo o diretor sindical, David Oliveira, a participação dos trabalhadores e trabalhadoras junto ao STIU-DF é fundamental para que o Sindicato tome conhecimento das demandas da categoria e dessa forma possa traçar as estratégias para atendê-las. A filiação dos trabalhadores também é muito importante para que o Sindicato tenha condições de articular a luta por melhores condições de trabalho e remuneração.

Está em negociação, desde março deste ano, a Campanha Salarial dos trabalhadores e trabalhadoras da State Grid no Brasil. Os representantes da categoria se reuniram com os diretores da empresa para negociar o novo Acordo Coletivo de Trabalho (ACT), que possa atender e melhorar as condições



de trabalho dos eletricitários.

Entre as principais reivindicações da categoria estão a reposição integral da inflação com base no INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), ganho real de 3%, reajuste no benefício do vale alimentação para R\$ 751 mensais, auxílio educacional, aumento no auxílio para viagens (já que muitos funcionários custeiam do próprio bolso parte das despesas), cumprimento dos feriados nacionais e municipais, Participação nos Lucros e Resultados da empresa (PLR), a implementação de um plano de cargos e carreira, pagamento por horas extras, gratificação por férias e o recebimento de sobreaviso.

Na primeira rodada de negociação, a empresa propôs a vigência do ACT atual, com validade por dois anos. Além disso, ofereceu apenas 7% de reajuste salarial. Também informou que não ultrapassará os 9% sobre todos os benefícios. A proposta foi rejeitada pela categoria.

Uma nova rodada de negociação estava prevista para o dia 10 de maio, na sede da empresa, no Rio de Janeiro. Como o fechamento desta edição ocorreu no dia 9, não foi possível apurar os desdobramentos da reunião. Para saber mais informações sobre a 2ª rodada de negociação, entre em contato com o Sindicato: comunicacao@stiu.org.br ou

pelo telefone (61) 3326-7036.

A primeira assembleia com os trabalhadores da regional Brasília está prevista para acontecer somente após a reunião no Rio, podendo ocorrer a partir do dia 12 a 18 de maio. Não está descartada a possibilidade da empresa apresentar uma contraproposta antes da realização da assembleia com a categoria.

Desde o ano passado, a partir de novembro, os trabalhadores da State Grid lotados na regional Brasília – subestações Recanto das Emas, Paracatu, Luziânia e Colinas do Sul – estão sendo representados pelo STIU-DF.

Para o diretor do STIU-DF, David Oliveira, a participação do trabalhador junto à entidade sindical é fundamental para que o Sindicato possa ter conhecimento das demandas da categoria e dessa forma traçar as estratégias para atendê-las.

“Para que a entidade sindical possa representar os trabalhadores com eficiência é fundamental

“Para que o trabalhador seja representado com eficiência é fundamental o fortalecimento do Sindicato. A filiação é um instrumento para viabilizar a luta por melhores condições de trabalho e remuneração.”

o fortalecimento do Sindicato. A filiação é um instrumento para viabilizar a luta por melhores condições de trabalho e remuneração. Outro ponto importante é o estreitamento das relações do trabalhador com o STIU-DF. Dessa forma, a entidade sindical terá plenas condições de atender, dentro do que estiver ao seu alcance, as demandas do trabalhador”, destaca.

CULTURA

Ex-trabalhador da Eletronorte lança novo disco

Aos 13 anos de idade, Pedro Casaverde estava trabalhando com seus irmãos em um baile, quando ouviu a banda interpretar a canção “A Namoradina de Um Amigo Meu”, do rei Roberto Carlos. Sentiu algo que não sabia explicar, mas percebeu que foi ali que despertou para a música.

Casaverde, baiano de Cote-gipe, chegou à capital federal pela primeira vez em 1972. Na bagagem trouxe o sonho de uma vida melhor como boa parte dos guerreiros nordestinos que desembarcam no Planalto Central.

Trabalhou em diversos ofícios. Foi professor de alfabetização, dono de bar, e como operário numa fábrica de tratores em São Paulo. E foi lá, na capital paulista, que ele comprou sua primeira vitrola e adquiriu seus primeiros discos do Roberto Carlos e dos Beatles.



Pedro Casaverde prepara novo álbum com temática sobre festas juninas.

Seu irmão o chama para morar na capital federal novamente, sob a condição de que terminasse os estudos. Foi nessa época que conseguiu uma entrevista na Eletronorte. Havia dois cargos: um de porteiro e outro como contínuo. Resolveu ficar

com o de porteiro

Descobriu o coral da Aseel, onde começou a caminhar dentro da música. Participou de diversos festivais e em 1991 gravou seu primeiro CD, finalizado somente em 2000.

Lançou mais dois CD's. “So-

no nordestino” e “Correndo atrás do Sonho”. O primeiro com influências de forró e ritmos nordestinos. A faixa de trabalho é a mesma que dá nome ao álbum. Faz uma referência aos costumes de cada estado do nordeste brasileiro. Já o segundo, que saiu em 2011, é sobre suas paixões. O ritmo é mais suave, com referências da MPB. Pedro prepara um novo CD voltado para as tradições das festas juninas.

A internet é uma aliada na divulgação dos seus trabalhos. O clipe de “A praga do celular” está com quase 50 mil visualizações no YouTube. Parte dos acessos foi graças a um site de comediantes que descobriu a música e compartilhou o vídeo.

CONTATOS:
(61) 9986-1375
casaverde.df@gmail.com

LER

As Veias Abertas da América Latina



Eduardo Galeano

Essa obra deveria ser leitura obrigatória nas escolas de todos os países da América Latina. Eduardo Galeano mostra nesse livro como os países latinos vêm sendo saqueados desde a época do seu descobrimento até os dias de hoje. De linguagem simples e poética, o livro expõe todos os truques usados pela classe dominante para a expropriação que já estamos acostumados e discute fatos que geralmente são ignorados pelos livros de história oficial. Essa obra chegou a ser proibida de circular em alguns países, como Argentina, Uruguai e Chile.

O QUE VAI PELO BRASIL

■ INTERNET

A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) proibiu que as operadoras reduzissem a velocidade da internet de seus clientes. Para alguns especialistas, a redução viola o Marco Civil da Internet, que garante a manutenção da qualidade contratada e estabelece que o usuário não pode ter seu serviço suspenso a não ser por débito com a operadora. Mesmo que a redução esteja nos contratos do serviço, a proibição durará até que a Agência analise a questão.

■ CONTA BANCÁRIA

O Conselho Monetário Nacional (CMN) autorizou que clientes possam fazer abertura e o fechamento de contas em bancos pela internet. Mas para oferecer os serviços, as instituições terão que garantir a veracidade, a segurança das informações e que as tecnologias sejam seguras. A resolução já está vigorando. Segundo o Banco Central, isso permitirá mais eficiência para a população.

■ NOVAS UNIVERSIDADES

A presidente Dilma Rousseff anunciou que serão criadas mais cinco universidades públicas federais. Duas em Goiás, nas cidades de Catalão e Jataí, a 3ª no estado do Piauí, no Delta do Parnaíba, a 4ª em Tocantins, na cidade de Araguaína, e a 5ª no Mato Grosso, município de Rondonópolis. Hoje, em todo o País, existem 63 universidades públicas federais. Dilma assinou o projeto de lei no dia 9 passado. Na mesma cerimônia, a presidente também assinou decreto de convocação da 3ª Conferência Nacional de Educação (Conae), atendendo a Lei 13.005/14, que instituiu o Plano Nacional de Educação (PNE).

O QUE VAI PELO MUNDO

■ BRAZIL

O processo de impeachment contra a presidente Dilma Rousseff está sendo visto como golpe pela grande imprensa internacional. Jornais como El País, The Guardian, NY Times e Le Monde Diplomatique, publicaram manchetes mostrando que boa parte dos políticos, que investigam a presidente, estão envolvidos em vários crimes. A revista alemã Der Spiegel chegou a publicar um texto em seu site com o seguinte título “A insurreição dos hipócritas”. Já a rede de TV CNN disse que é perturbador olhar para eles (deputados) brincando com a democracia desse jeito.

■ VENEZUELA

O Supremo Tribunal de Justiça da Venezuela (TSJ) acabou com a possibilidade do parlamento, de maioria opositora, impedir o presidente Nicolas Maduro de terminar seu mandato, como haviam planejado por meio de uma emenda constitucional. O supremo determinou que qualquer mudança na carta magna, não pode ter efeito retroativo ou ser de aplicação imediata. Isso quebraria o exercício da soberania, que não se conheceria a vontade do povo. Eles tentavam reduzir de seis para quatro anos o mandato de Maduro.

■ EUA

A nota de vinte dólares será ilustrada, pela primeira vez, com o rosto de uma mulher afro-americana, Harriet Tubman, que ajudou na libertação dos escravos nos anos de 1800. Atualmente, a nota traz estampada a face do 7º presidente dos EUA, Andrew Jackson. Porém, o lançamento está previsto somente para 2020, quando se completa 100 anos da mudança na constituição norte americana, que permitiu o voto às mulheres.

